



CONCURSO PÚBLICO PARA AUDITOR-FISCAL DA
RECEITA FEDERAL - AFRF - 2002.2

GABARITOS (antes dos recursos)

Prova 2 - Comum a todas as áreas (aplicada em 29/09/2002 - DOMINGO - MANHÃ)					
01 - C	11 - D	21 - C	31 - C	41 - D	51 - D
02 - D	12 - C	22 - E	32 - A	42 - B	52 - C
03 - B	13 - D	23 - B	33 - D	43 - E	53 - B
04 - A	14 - A	24 - B	34 - B	44 - B	54 - A
05 - C	15 - C	25 - A	35 - B	45 - C	55 - E
06 - B	16 - A	26 - E	36 - C	46 - A	56 - E
07 - B	17 - E	27 - D	37 - D	47 - C	57 - A
08 - E	18 - A	28 - A	38 - E	48 - B	58 - D
09 - D	19 - E	29 - B	39 - B	49 - C	59 - A
10 - E	20 - B	30 - A	40 - E	50 - E	60 - D

Prova 3 - (aplicada em 29/09/2002 - DOMINGO - TARDE)

Área: Auditoria						Área: Aduana					
01 - B	11 - D	21 - A	31 - D	41 - A	51 - C	01 - E	11 - C	21 - A	31 - E	41 - C	51 - C
02 - D	12 - A	22 - C	32 - D	42 - D	52 - E	02 - A	12 - B	22 - B	32 - D	42 - D	52 - B
03 - C	13 - C	23 - E	33 - C	43 - C	53 - E	03 - B	13 - E	23 - D	33 - B	43 - A	53 - D
04 - C	14 - C	24 - A	34 - E	44 - E	54 - A	04 - C	14 - B	24 - E	34 - A	44 - E	54 - C
05 - D	15 - E	25 - E	35 - A	45 - B	55 - C	05 - D	15 - D	25 - C	35 - A	45 - D	55 - E
06 - B	16 - B	26 - B	36 - B	46 - C	56 - A	06 - A	16 - B	26 - A	36 - E	46 - E	56 - A
07 - E	17 - E	27 - E	37 - A	47 - B	57 - E	07 - E	17 - E	27 - D	37 - D	47 - A	57 - E
08 - B	18 - A	28 - C	38 - C	48 - C	58 - D	08 - C	18 - A	28 - C	38 - C	48 - D	58 - C
09 - D	19 - B	29 - A	39 - B	49 - A	59 - D	09 - A	19 - B	29 - C	39 - B	49 - B	59 - B
10 - A	20 - D	30 - D	40 - B	50 - E	60 - A	10 - D	20 - D	30 - E	40 - C	50 - A	60 - B

Área: Pol. e Administração Tributária					
01 - D	11 - A	21 - A	31 - C	41 - B	51 - E
02 - A	12 - E	22 - C	32 - B	42 - A	52 - A
03 - E	13 - D	23 - E	33 - A	43 - A	53 - D
04 - C	14 - B	24 - C	34 - D	44 - B	54 - D
05 - B	15 - C	25 - E	35 - E	45 - A	55 - C
06 - E	16 - E	26 - B	36 - D	46 - C	56 - E
07 - D	17 - D	27 - B	37 - B	47 - E	57 - C
08 - B	18 - C	28 - D	38 - C	48 - B	58 - D
09 - C	19 - A	29 - E	39 - B	49 - E	59 - A
10 - A	20 - B	30 - A	40 - E	50 - D	60 - B



Escola de Administração
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
2002.2

**Auditor-Fiscal da Receita
Federal**

Auditoria

P.3

INSTRUÇÕES

Nome: _____ Nº Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado no seu verso.
- 3 - **DURAÇÃO DA PROVA: 3h30min**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 4 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 60**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 6 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois qualquer reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão não será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.8 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Este caderno de prova está assim constituído:

Disciplinas	Questões	Peso
Contabilidade Avançada	01 a 30	2
Auditoria	31 a 60	

Boa Prova

CONTABILIDADE AVANÇADA

01- Um investimento é considerado relevante quando:

- a) o valor inscrito na conta de participação societária de cada coligada e controlada, considerado em seu conjunto, não exceder a 5% do Patrimônio Líquido da investidora.
- b) o valor contábil dos investimentos em controladas e coligadas considerados em seu conjunto for igual ou superior a 15% do Patrimônio Líquido da investidora.
- c) o valor inscrito em investimento permanente em cada uma das empresas coligadas for igual ou inferior a 5% do Patrimônio Líquido da investidora.
- d) o custo de aquisição do investimento nas coligadas for igual ou inferior a 5% do patrimônio líquido da investidora e igual a 8% do Patrimônio Líquido da investida.
- e) o valor pago na aquisição do investimento em coligadas for igual ou inferior a 5% do patrimônio líquido da investidora e igual a 8% do Patrimônio Líquido da investida.

02- As perdas permanentes em investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial são denominadas de perdas efetivas, segundo a Instrução CVM 247/96, quando provenientes de:

- a) Eventos que possam indicar perda total de créditos contra coligadas e controladas.
- b) Perdas resultantes do processo de produção industrial de controladas e coligadas não provisionadas.
- c) Eventos que possam prever perda parcial ou total do valor contábil do investimento.
- d) Eventos que resultarem em perdas não provisionadas pelas coligadas e controladas em suas demonstrações contábeis.
- e) Situação de elevado risco de paralisação de operações de coligadas ou controladas.

03- De acordo com a Instrução CVM 247/1996 é considerada controlada:

- a) uma empresa que participa indiretamente de outra com até 10% do capital total e o valor contábil do investimento não excede a 5% do patrimônio líquido da investidora.
- b) uma empresa que participa diretamente de outra com até 10% do capital total e o valor contábil do investimento não excede a 5% do patrimônio líquido da investidora.
- c) filial ou escritório no exterior, sempre que os ativos e passivos não estejam incluídos na contabilidade da investidora, por força de legislação específica.
- d) uma empresa que participa indiretamente de outra com até 5% do capital preferencial e o valor contábil do investimento não excede a 8% do patrimônio líquido da investidora.
- e) filial ou agência de investida localizada no país cuja participação societária da investidora seja de até 5% do capital votante e o valor contábil do investimento é inferior a 10% do seu patrimônio líquido.

04- A diferença verificada, ao final de cada período, no valor do investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial, quando relativo à variação cambial de investimento em coligada ou controlada no exterior, deve ser apropriada pela investidora

- a) como reserva de capital quando o saldo for credor.
- b) sempre como conta de despesa não operacional.
- c) como receita ou despesa operacional.
- d) sempre como ganho de capital.
- e) como subconta do ativo permanente diferido.

05- Poderá deixar de ser avaliado pelo método da equivalência patrimonial:

- a) o investimento em coligada no valor contábil superior a 20% do patrimônio líquido da investidora.
- b) o investimento indireto em outra empresa com valor contábil superior a 20% do capital votante da investida.
- c) o investimento indireto em empresas, com valor contábil superior a 30% do capital votante da investida que apresente prejuízos em dois períodos subseqüentes.
- d) o investimento em sociedades controladas ou coligadas que apresentar efetiva e clara evidência de perda de continuidade.
- e) o investimento direto em empresas, com valor contábil superior a 30% do capital votante da investida que apresente prejuízos em três períodos subseqüentes.

Utilizando as informações contidas no quadro de composição acionária das companhias, responder às questões de nº 06 a 13.

(Quadro de composição Acionária - quantidade de ações)

Empresas Investidas	Investidores			Total de Ações
	Cia. Itararé	Cia. Itacolomi	Outro(s) Acionista(s)	
Cia. Itajubá	80.000	90.000	30.000	200.000
Cia. Itaipu	195.000	90.000	15.000	300.000
Cia. Itamaracá	40.000	-----	10.000	50.000
Cia. Itacolomi	120.000	-----	30.000	150.000

06- O percentual de participação indireta da Cia. Itararé na Cia. Itaipu é:

- a) 20%
- b) 24%
- c) 30%
- d) 34%
- e) 52%

07- As empresas em questão formam um grupo de empresas, localizadas em diversos estados brasileiros e possuem como atividade principal a extração, beneficiamento, industrialização e comercialização de mármore, granitos e pedras de diversos tipos; sua empresa holding é a Cia. ITA. Se essa empresa é a investidora direta das empresas Itararé e Itacolomi, indique o percentual máximo de participação direta, no capital da empresa Itacolomi, que a Cia. Ita poderia ter:

- a) 100%
- b) 88%
- c) 52%
- d) 40%
- e) 20%

08- Em dezembro de 2000 a Cia. Itamaracá distribui dividendos a seus acionistas; esse procedimento gera um lançamento de:

- a) crédito na conta Lucros/Prejuízos Acumulados da Cia. Itamaracá.
- b) crédito em conta do Ativo Permanente Investimentos da Cia. Itararé.
- c) débito em conta do Ativo Circulante Disponibilidades da Cia. Itacolomi.
- d) débito na conta de Participações Societárias da Cia. Itamaracá.
- e) reconhecimento de receita de dividendos na sua investidora.

09- Em junho de 2001 a Cia. Itacolomi efetua a reavaliação de seus Ativos Imobilizados; este fato gera:

- a) um ganho de capital a ser reconhecido e tributado, no resultado da empresa investida.
- b) a necessidade de um registro contábil de redução do investimento societário na Cia. Itararé.
- c) apenas a evidenciação em notas explicativas do fato não sendo necessário nenhum registro contábil na empresa investidora.
- d) o reconhecimento proporcional à Participação Societária de uma Reserva de Reavaliação na investidora.
- e) a formação de uma Reserva de Capital no valor correspondente ao valor da reavaliação efetuada.

10- Se a participação societária da Cia. Ita na Cia. Itacolomi for de 20% do capital total, a participação dessa empresa na Cia. Itajubá é:

- a) considerada indireta no valor de 45%.
- b) nula porque a Cia. Itajubá não é ligada à Cia. Ita.
- c) considerada direta no valor de 20%.
- d) evidenciada em notas explicativas.
- e) nula por não haver relação direta entre elas.

11- O valor nominal unitário das ações da Cia. Itaipu é R\$2,00; em março de 2002 a empresa aumenta o seu capital ordinário em 60.000 ações ordinárias para subscrição apenas no mercado primário. A Cia. Itararé subscreve e integraliza nessa operação o valor de R\$60.000,00; esse fato contábil gera:

- a) um fato contábil misto aumentativo na contabilidade da investida.
- b) um percentual de participação maior da investidora na investida.
- c) a identificação da perda do controle indireto da Cia. Ita.
- d) o reconhecimento de uma perda de capital pela investidora.
- e) o registro de um ganho de capital pela Cia. Itararé.

12- Cia. Itamaracá tem como atividade o transporte de cargas e foi constituída apenas para prestar esse tipo de serviço às empresas do grupo. Nesse caso a divulgação desse fato em notas explicativas:

- a) não é necessária se as empresas do grupo estiverem obrigadas a consolidar suas demonstrações.
- b) é obrigatória por ferir possíveis interesses de acionistas minoritários e afetar a tributação do Imposto de Renda.
- c) é facultativa desde que esta decisão não afete o fato gerador para o cálculo do ICMS e do Imposto sobre a Renda.
- d) não é necessária por eventualmente vir a gerar transferências não remuneradas entre as partes relacionadas.
- e) é indispensável por se tratar de operação entre partes relacionadas e afetar a tributação.

13- Por decisão das diretorias das empresas do grupo ficou estabelecido como período de exercício contábil para todas as empresas o ano civil. Na verificação da ocorrência de uma venda de um bem imobilizado, com lucro, da Cia. Itacolomi para a Cia. Itararé e, ao final do período contábil de ambas, a compradora ainda mantinha em seu patrimônio esse bem. O resultado apurado nessa operação é classificado contabilmente como:

- a) resultado de investimento.
- b) ganho de capital.
- c) resultado não-realizado.
- d) perda de capital.
- e) lucro das operações.

14- A Cia. Tupinambá efetuou a reavaliação em 1998 de sua unidade fabril, no ano de 2000. Em razão de grande alteração de tecnologia, decide descontinuar e não repor aquela unidade. Em face à verificação da empresa da existência de saldos contábeis relativos à contabilização anteriormente feita, o procedimento contábil indicado é:

- a) a baixa do saldo líquido da reserva de reavaliação para a conta de perda com descontinuidade de empreendimentos.
- b) a realização do saldo líquido da reserva de reavaliação em contrapartida de uma conta de reversão.
- c) o estorno da parcela da reavaliação existente relativa à respectiva reserva e provisões para impostos e contribuição.
- d) a baixa de todos os valores contabilizados anteriores relativos a esse procedimento em contrapartida da conta ajustes de exercícios anteriores.
- e) a baixa do saldo líquido da reserva de reavaliação para a conta de ganhos e perdas com imobilizados.

15- O registro da realização da reserva de reavaliação é efetuado em contrapartida da conta contábil

- a) de receita não-operacional.
- b) do ativo imobilizado.
- c) de despesas não-operacionais.
- d) de ganhos e perdas com ativos imobilizados.
- e) do patrimônio líquido.

16- A divulgação de transações e/ou fatos relevantes realizadas entre partes relacionadas torna-se dispensável quando

- a) ocorrer dependência tecnológica ou financeira entre as companhias relacionadas.
- b) referir-se a operações de mútuo ocorridas entre controladas e controladoras sendo ambas companhias abertas.
- c) se tratar de acordo entre empresas estabelecendo preço de transferência diferenciado do normalmente praticado no mercado.
- d) da saída de sócio que mantenha, com a companhia, contrato de colaboração operacional ou tecnológica.
- e) da existência de empresa com alto grau de dependência tecnológica de outra empresa localizada em outro país.

17- Para a elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas, a investidora deve:

- a) em nenhuma hipótese utilizar períodos contábeis não idênticos, mesmo que este fato represente melhoria na qualidade da informação produzida.
- b) utilizar demonstrações contábeis e do patrimônio líquido das investidas apuradas na mesma data das demonstrações contábeis da investidora.
- c) compensar quaisquer ativos ou passivos pela dedução de outros ativos ou passivos mesmo na inexistência de direito de compensação.
- d) utilizar demonstrações contábeis de coligadas e controladas elaboradas até 90 dias antes da data das demonstrações contábeis da investidora.
- e) eliminar saldos de quaisquer contas de ativas e passivas resultantes de transações das sociedades incluídas na consolidação.

18- Dos procedimentos listados a seguir, indique aquele que não corresponde ao processo contábil de elaboração das demonstrações consolidadas.

- a) Eliminação das despesas e receitas de variação cambial efetuadas com instituições financeiras indicadas pela controladora.
- b) Exclusão de saldos de ativos e passivos em aberto de operações realizadas entre controladas e a controladora.
- c) Valores de despesas e receitas de prestação de serviços realizados entre empresas do grupo.
- d) Valores não realizados existentes nos ativos decorrentes de operações de compra e venda de ativos intercompanhias.
- e) Operações de vendas efetuadas entre as empresas do grupo que efetuará a consolidação.

19- De acordo com a Instrução CVM 358/2002 as operações de fusão, cisão ou incorporação, realizadas por companhias abertas, caracterizam-se como:

- a) ato relevante por não influir na decisão do acionista minoritário de comprar, vender ou manter valores imobiliários da empresa.
- b) fato relevante desde que possam influir na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter valores mobiliários de emissão das companhias envolvidas na operação.
- c) ato administrativo por não influenciar na tomada de decisão do público para comprar, vender ou manter valores mobiliários de emissão das companhias envolvidas na operação.
- d) fato contábil por não ser fator preponderante na decisão do acionista minoritário comprar, vender ou manter esses valores imobiliários da companhia.
- e) ato não relevante por influir na decisão do público de comprar, vender ou manter aqueles valores imobiliários.

20- Nas operações de Fusão envolvendo companhias abertas, é(são) regulado(s) pelas disposições da Instrução CVM 319/1999:

- a) o tratamento financeiro dado ao ágio, que deve ser comunicado a CVM até 45 dias antes da data da realização da operação.
- b) o fluxo de dividendos dos acionistas controladores e a remuneração da diretoria quando se tratar de sociedade limitada.
- c) a relação de substituição das ações dos acionistas controladores e o fluxo de dividendos dos minoritários.
- d) o conteúdo do relatório da administração, o aproveitamento econômico e o tratamento contábil do ágio e do deságio.
- e) o relatório de auditoria independente das demonstrações financeiras, que deverá ser enviado a CVM até 30 dias antes da data da realização da operação.

- 21- São denominadas sociedades controladas em conjunto
- a) as sociedades nas quais nenhum acionista possua direitos de sócio que lhe assegure de modo permanente preponderância nas deliberações sociais ou poderes de eleger ou destituir a maioria dos administradores.
 - b) as associações de empresas constituídas sob a forma de consórcios, com finalidade própria e determinada por estatuto nas quais o valor contábil investido por seus investidores tenha o mesmo percentual.
 - c) o conjunto de sociedades desobrigadas da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas por não serem companhias abertas mesmo que as participações societárias dos acionistas sejam de idêntico valor.
 - d) as associações de investidores constituídas na forma de participação recíproca com finalidade própria determinada por estatuto ou contrato social com prazo de vida útil determinado.
 - e) as associações de investidores constituídas na forma de consórcio cujo patrimônio líquido seja respaldado apenas por disponibilidades e possua finalidade própria determinada por estatuto ou contrato social com prazo de vida útil determinado.
- 22- De acordo com o disposto na Instrução CVM 319/1999, nas operações de fusão de companhia controladora com controlada, o cálculo da relação de substituição das ações dos acionistas controladores, deverá:
- a) avaliar em qualquer circunstância a cotação das ações preferenciais em bolsa.
 - b) incluir o saldo do ágio pago na aquisição da controlada.
 - c) eliminar o saldo do ágio pago na aquisição da controlada.
 - d) inserir o saldo do ágio pago na aquisição da controladora.
 - e) incluir o valor do ágio pago favorecendo diretamente as ações preferenciais.
- 23- Em um processo de cisão parcial de empresa brasileira, havendo a existência de prejuízo, o tratamento fiscal conseqüente dado para o cálculo do Imposto sobre a Renda é:
- a) classificar o valor do prejuízo contábil cindido nas duas empresas como deságio.
 - b) o aproveitamento do valor do prejuízo contábil no cálculo do IR das empresas.
 - c) a dedutibilidade do prejuízo contábil no cálculo do IR nas duas empresas.
 - d) o abatimento total do prejuízo do valor bruto da negociação.
 - e) compensação do prejuízo fiscal remanescente na parte não vertida.
- 24- De acordo com o disposto na Instrução CVM 319/1999, nas operações de incorporação de companhia aberta por sua controladora, ou desta por companhia aberta controlada, o cálculo da relação de substituição das ações dos acionistas controladores, deverá:
- a) excluir o saldo do ágio pago na aquisição da controlada.
 - b) incluir o saldo do ágio pago na aquisição da controlada.
 - c) favorecer com a inclusão do ágio pago nas ações de menor valor unitário.
 - d) inserir o saldo do ágio pago na aquisição da controladora.
 - e) incluir o valor do ágio pago favorecendo diretamente as ações preferenciais.

25- De conformidade com o disposto na Instrução CVM 349/2001, o procedimento contábil relativo ao lançamento do montante do ágio resultante da aquisição do controle da companhia aberta que vier a incorporar sua controladora é registrar em

- conta específica do ativo diferido, quando o fundamento econômico tiver sido a aquisição de concessão ou permissão delegada pelo poder público.
- conta específica do ativo permanente investimento, quando o fundamento econômico tiver sido a expectativa de resultado futuro.
- conta específica do ativo imobilizado, quando o fundamento econômico tiver sido a expectativa de resultado futuro.
- conta de resultado específica como Ganhos/Perdas, quando o fundamento econômico tiver sido a aquisição de concessão ou permissão delegada pelo poder público.
- conta específica do ativo imobilizado, quando o fundamento econômico tiver sido a aquisição de concessão delegada pelo poder público.

26- A composição da diferença entre o Lucro Contábil com o Fluxo de Caixa Operacional Líquido é evidenciada:

- na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.
- no Fluxo de Caixa Indireto.
- na Demonstração de Resultados.
- no fluxo gerado por Investimentos.
- na composição dos financiamentos de Caixa.

27- O valor de resgate referente a aplicações financeiras de longo prazo é classificado no Fluxo de Caixa como item:

- de Empreendimentos
- de Financiamentos
- de Operações
- de Amortizações
- de Investimentos

Das demonstrações contábeis da Cia. Azulão foram extraídas as contas abaixo com os seus respectivos saldos:

Contas	Período	
	2000	2001
Fornecedores	23.000	32.000
CMV	800.000	1.300.000
Compras	750.000	1.200.000
Vendas	2.500.000	6.500.000
Despesas Antecipadas	15.000	240.000
Despesas Totais do Período	1.200.000	4.000.000
Depreciações do Período	320.000	540.000

Tomando como base os dados fornecidos, responda às questões de nº 28 a 30.

28- O valor pago pelas compras no ano de 2001 foi:

- 1.300.000
- 1.200.000
- 1.191.000
- 1.101.000
- 1.091.000

29- Se o valor do estoque final for 90.000, o estoque inicial será:

- 190.000
- 180.000
- 120.000
- 100.000
- 90.000

30- Considerando que o Passivo Circulante da empresa era formado unicamente pela rubrica fornecedores e o Balanço Patrimonial não evidenciava a existência de Realizável a Longo Prazo, pode-se afirmar que o valor das Despesas pagas no período é:

- 3.220.000
- 3.445.000
- 3.460.000
- 3.685.000
- 4.000.000

31- Quando o faturamento de outros serviços prestados aos mesmos clientes de auditoria ultrapassar, na média dos três últimos anos, os honorários dos serviços de auditoria, a empresa:

- a) tem que comunicar à Comissão de Valores Mobiliários.
- b) deve dar ciência do fato ao Conselho Federal de Contabilidade.
- c) apenas relata por ofício ao Banco Central do Brasil.
- d) deve comunicar ao Conselho Regional de Contabilidade.
- e) não tem obrigatoriedade de comunicar a nenhum órgão.

32- Os auditores independentes devem ter política definida para rotação de responsáveis técnicos, de forma a evitar questionamentos relacionados à independência. O período de atendimento de um responsável técnico a um cliente não deve ultrapassar a:

- a) dois anos.
- b) três anos.
- c) quatro anos.
- d) cinco anos.
- e) sete anos.

33- Se um supervisor de auditoria independente for designado para auditar uma empresa, onde sua esposa trabalhou como secretária há um ano atrás, ele deve:

- a) recusar o trabalho.
- b) comunicar o sócio e renunciar.
- c) efetuar o trabalho.
- d) comunicar o cliente.
- e) comunicar o cliente e renunciar.

- 34- Entre as seguintes opções, não é de competência da auditoria interna examinar os seguintes objetivos:
- a) integridade, adequação e eficácia dos controles internos.
 - b) eficácia das informações físicas, contábeis e financeiras.
 - c) adequação dos controles internos e das informações físicas.
 - d) integridade das informações operacionais, financeiras e físicas.
 - e) eficiência e eficácia do parecer dos auditores independentes.
- 35- Para o fornecimento de evidências às conclusões e recomendações da auditoria interna, as informações devem ser:
- a) suficientes, adequadas, relevantes e úteis.
 - b) relevantes, razoáveis, exatas e adequadas.
 - c) suficientes, comprobatórias, subjetivas e úteis.
 - d) adequadas, calculáveis, hábeis e comprobatórias.
 - e) objetivas, exatas, razoáveis e adequadas.
- 36- O auditor deve avaliar o sistema contábil e de controles internos de uma entidade para determinar:
- a) a relevância, o risco de auditoria e a avaliação da aplicação dos procedimentos de auditoria.
 - b) a natureza, a oportunidade e a extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria.
 - c) os riscos inerentes, os de controle e os de detecção da aplicação dos testes de auditoria.
 - d) as estimativas contábeis, a aplicação dos procedimentos de auditoria e o risco de controle.
 - e) a relevância dos saldos, o risco de detecção e a avaliação do controle de qualidade.
- 37- Quando da realização de uma primeira auditoria numa entidade, que foi auditada por outros profissionais no período imediatamente anterior, o auditor deve incluir no seu planejamento:
- a) a análise dos saldos de abertura, os procedimentos contábeis adotados, a uniformidade dos procedimentos contábeis, a identificação de relevantes eventos subsequentes ao exercício anterior e à revisão dos papéis de trabalho do auditor anterior.
 - b) a análise dos saldos finais do exercício anterior, a relevância dos saldos, os controles internos, os procedimentos contábeis adotados, a revisão do parecer do auditor anterior e a identificação das principais alterações adotadas em assembléia geral.
 - c) a avaliação do risco de auditoria, a continuidade normal das atividades, o ambiente de controle, o sistema de informação contábil, a identificação das práticas contábeis, as partes relacionadas e a revisão dos papéis de trabalho do auditor anterior.
 - d) a identificação de eventos subsequentes relevantes, as práticas contábeis, a análise de uniformidade dos procedimentos contábeis, os saldos de abertura, a carta de responsabilidade da administração e a revisão do programa do auditor anterior.
 - e) a avaliação dos procedimentos contábeis, a uniformidade dos procedimentos contábeis, os controles internos, a identificação de transações com partes relacionadas, os eventos subsequentes, as contingências e a revisão dos papéis de trabalho do auditor anterior.

- 38- A análise de risco de auditoria, considerando a relevância em nível geral, a ser efetuada na fase de planejamento de seus trabalhos, deve considerar:
- a) o saldo das contas ou a natureza e o volume das transações, a qualidade dos advogados, a estrutura organizacional, os métodos de administração adotados e os controles internos mantidos.
 - b) a supervisão e controle de qualidade, o estudo e avaliação do sistema contábil e dos controles internos, o risco inerente, a natureza e o volume das transações e a relevância dos saldos.
 - c) as demonstrações contábeis tomadas em seu conjunto, bem como as atividades, a qualidade da administração, a avaliação do sistema contábil e de controles internos da situação econômica e financeira.
 - d) a continuidade normal das atividades, a avaliação do sistema contábil e de controles internos, o saldo das contas e o volume de operações, a qualidade da administração e dos advogados.
 - e) as alterações no sistema contábil e de controles internos, a estimativa dos saldos, a estrutura organizacional, a integridade da administração e a continuidade normal das atividades.
- 39- Quando o auditor, de posse de algumas faturas selecionadas, tem como objetivo conferir detalhes cotejando os dados de embarque com os dados da prestação de serviços efetuados por uma determinada empresa, este teste denomina-se:
- a) de revisão analítica
 - b) substantivo
 - c) de conferência
 - d) abrangente
 - e) de observância
- 40- O teste referente à constatação, pelo auditor, de que os orçamentos para aquisição de ativos são revisados e aprovados por um funcionário adequado, denomina-se:
- a) de revisão analítica
 - b) de observância
 - c) substantivo
 - d) de abrangência
 - e) documental
- 41- O teste referente à análise de movimentação e investigação de quaisquer flutuações relevantes e não usuais, entre o exercício corrente e o exercício anterior, nos índices de empréstimos de curto e longo prazo, denomina-se:
- a) de revisão analítica
 - b) substantivo
 - c) de observância
 - d) documental
 - e) de abrangência
- 42- O auditor, por meio de uma listagem de dividendos, confere a exatidão dos valores de pagamentos desses, com as respectivas autorizações dadas em atas de reuniões de diretoria ou de assembleias de acionistas. Esse procedimento chama-se:
- a) inspeção
 - b) observação
 - c) investigação
 - d) cálculo
 - e) confirmação
- 43- O acompanhamento para verificar os procedimentos de contagem física de barras de ouro, no cofre de um determinado banco, é denominado:
- a) investigação
 - b) conferência
 - c) inspeção
 - d) revisão
 - e) cálculo
- 44- O procedimento a ser aplicado, quando o auditor tiver como objetivo investigar relações inesperadas ou não usuais entre os valores do exercício corrente e o anterior, das despesas de reparos e manutenção de equipamentos, é denominado:
- a) observação
 - b) confirmação
 - c) investigação
 - d) inspeção
 - e) procedimento analítico

- 45- Após uma série de respostas de advogados da empresa auditada, o auditor segregou os processos judiciais movidos contra a empresa em três categorias de chance de insucesso, a saber: provável, possível e remota. Quando os processos forem classificados como prováveis, cujo efeito não possa ser razoavelmente estimado, o auditor deve emitir um parecer:
- sem ressalva
 - com parágrafo de ênfase
 - com ressalva
 - adverso
 - com abstenção
- 46- Um auditor, sabendo que a taxa de depreciação de um determinado grupo de imobilizado é de 10% ao ano e que não ocorreram adições ou baixas no período sob exame, efetua um cálculo global de despesa de depreciação no valor de \$ 1.000. Se os saldos iniciais de custo do bem e da depreciação acumulada eram de \$ 10.000 e \$ 5.000, respectivamente, e o auditor constata que o livro contábil, no final do exercício, apresenta um saldo de \$ 10.000 para o custo do imobilizado e \$ 5.500 como depreciação acumulada, neste caso o auditor falhou em:
- confiar demasiadamente no sistema da empresa.
 - confiar que a taxa de depreciação era de 10% ao ano.
 - não verificar os itens totalmente depreciados.
 - não verificar os itens reavaliados do imobilizado.
 - não considerar a adição de um novo imobilizado.
- 47- O auditor independente, ao efetuar o teste de auditoria nos contratos de seguros, constatou que todas as apólices estavam em vigor conforme relatório entregue pelo contador da Cia. Siderúrgica Ferro e Aço S.A. Dois dias após o encerramento dos trabalhos de auditoria, uma explosão ocorre em uma das principais caldeiras da empresa e o auditor é convocado pelo conselho de administração do cliente para esclarecimentos, já que a cobertura de seguros não era suficiente para o sinistro ocorrido. Apesar de ter efetuado o teste quanto à vigência das apólices, o auditor não atentou em:
- verificar o grau de risco de eventual sinistro dos imobilizados.
 - avaliar o montante segurado com o valor dos imobilizados.
 - verificar as medidas preventivas tomadas pela empresa.
 - avaliar a real situação financeira da companhia seguradora.
 - verificar detalhadamente as informações fornecidas para a seguradora.
- 48- O auditor utiliza o método de seleção aleatória de uma amostra quando:
- o intervalo entre as seleções for constante.
 - sua amostra for representativa da população toda.
 - os itens da população têm igual chance de seleção.
 - os itens menos representativos são excluídos da população.
 - não confiar nos controles internos mantidos na população.
- 49- Quando da aplicação da técnica de amostragem estatística em testes substantivos, quanto menor o tamanho da amostra:
- a taxa de desvio aceitável será maior.
 - a quantificação do erro tolerável será maior.
 - a taxa de desvio aceitável será menor.
 - a quantificação do erro tolerável será menor.
 - esta não afeta o erro tolerável nem o esperado.

50- Executados, para cada item da amostra, os procedimentos de auditoria apropriados aos seus objetivos, os resultados da amostra devem ser avaliados pelo auditor conforme a seqüência a seguir:

- a) projetar os erros encontrados na amostra para a população, analisar qualquer erro detectado na amostra, reavaliar o risco de amostragem.
- b) reavaliar o risco de amostragem, analisar qualquer erro detectado na amostra, projetar os erros encontrados na amostra para a população.
- c) analisar qualquer erro detectado na amostra, reavaliar o risco de amostragem, projetar os erros encontrados na amostra para a população.
- d) reavaliar o risco de amostragem, projetar os erros encontrados na amostra para a população, analisar qualquer erro detectado na amostra.
- e) analisar qualquer erro detectado na amostra, projetar os erros encontrados na amostra para a população, reavaliar o risco de amostragem.

51- Quando os dirigentes de uma entidade recusarem confirmar uma determinada informação na carta de responsabilidade da administração, ao auditor independente, este fato caracteriza:

- a) parecer com ressalva
- b) parágrafo de ênfase no parecer
- c) limitação de escopo
- d) abstenção de opinião
- e) falha de controle interno

52- Assinale a opção que não se refere ao objetivo de obtenção, pelo auditor independente, da carta de responsabilidade da administração.

- a) Atendimento às normas de auditoria independente.
- b) Delimitação de responsabilidade do auditor e da administração.
- c) Obtenção de evidências de auditoria por escrito.
- d) Esclarecimento de pontos não constantes nas demonstrações contábeis.
- e) Confirmação da exatidão e fidedignidade dos números.

53- Quando outros auditores independentes emitirem parecer de auditoria de empresas controladas e coligadas relevantes, o auditor da empresa controladora, em seu exame de consolidação, deve:

- a) revisar os papéis de trabalho de auditores das empresas controladas/coligadas.
- b) emitir uma ressalva de limitação de escopo em seu parecer de auditoria.
- c) desconsiderar os trabalhos dos auditores das empresas controladas/coligadas.
- d) abster-se de opinião dos valores consolidados auditados por outros auditores.
- e) basear-se exclusivamente no parecer dos outros auditores independentes.

54- O auditor independente, na avaliação de um trabalho específico da auditoria interna com pretensão de sua utilização, deve considerar:

- a) se o alcance do trabalho e seus programas correlatos são adequados, e se a avaliação preliminar da auditoria interna permanece apropriada.
- b) se a economia de horas e de pessoal é compensadora, uma vez que a auditoria interna já executou diversos testes de mesma natureza.
- c) se o alcance dos trabalhos efetuados pela auditoria interna pode ser satisfatoriamente adequado à necessidade do auditor independente.
- d) a qualidade dos trabalhos dos auditores internos, visto que, por conhecerem melhor as atividades da empresa, seus trabalhos são confiáveis.
- e) o conhecimento dos auditores internos, principalmente nas áreas de maior risco de auditoria, uma vez que a responsabilidade é compartilhada.

55- Quando o auditor independente emitir um parecer modificado em função do resultado de um trabalho de um especialista identificado em seu parecer, a responsabilidade desse parecer é:

- a) compartilhada entre o auditor e o especialista contratado pelo auditor.
- b) da administração que contratou o especialista para execução do trabalho.
- c) exclusiva do auditor independente, mesmo se contratado pela administração.
- d) compartilhada entre o auditor e o especialista contratado pela administração.
- e) do auditor, exceto pela alteração resultante do trabalho do especialista.

56- Se, após a emissão do parecer, o auditor tomar conhecimento de um fato, existente na data da emissão do parecer que, se conhecido na ocasião, poderia ter gerado a modificação do seu parecer final, nesse caso o procedimento a ser efetuado pelo auditor será:

- a) emitir um novo parecer de auditoria com parágrafo de ênfase sobre as demonstrações contábeis revisadas.
- b) avaliar o efeito junto com a administração e incluir como parágrafo de ênfase no próximo parecer.
- c) comunicar aos órgãos reguladores que o parecer emitido naquela data não tem validade legal.
- d) emitir um comunicado público que, exceto pelo fato mencionado, sua opinião é correta.
- e) emitir um comunicado à Comissão de Valores Mobiliários de que desconhecia tal fato na data de emissão do parecer.

57- O modelo de parecer de auditoria independente com uma ressalva e um parágrafo de ênfase deve obedecer à seguinte estrutura seqüencial, em relação aos seus parágrafos:

- a) introdutório, de escopo, de opinião, ênfase e ressalva.
- b) de escopo, ressalva, introdutório, ênfase, de opinião.
- c) introdutório, de escopo, ênfase, ressalva, de opinião.
- d) ênfase, introdutório, de escopo, ressalva, de opinião.
- e) introdutório, de escopo, ressalva, de opinião, ênfase

58- Indique o número de parágrafos contidos em um parecer de auditoria com duas ressalvas e um parágrafo de ênfase.

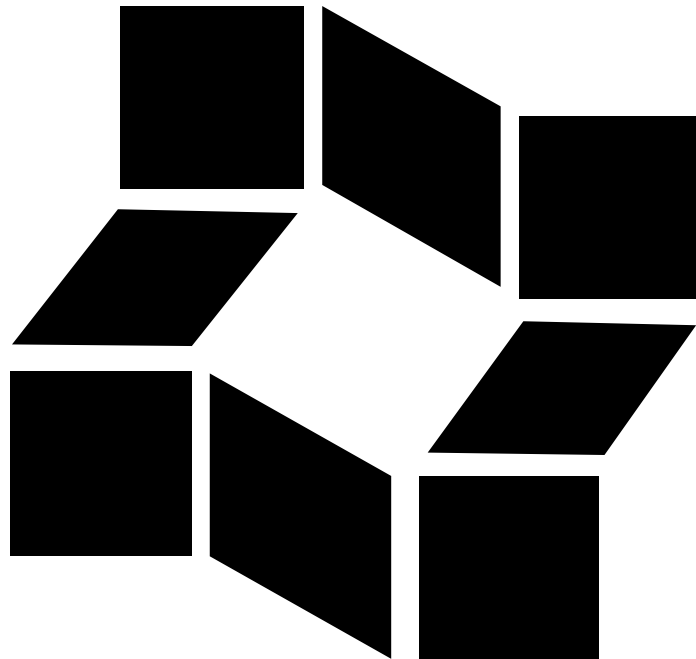
- a) três
- b) quatro
- c) cinco
- d) seis
- e) sete

59- Se o auditor independente concluir que uma determinada matéria, envolvendo incerteza relevante, não está adequadamente divulgada nas demonstrações contábeis, seu parecer deve conter:

- a) parágrafo de ênfase ou ressalva.
- b) ressalva ou negativa de opinião.
- c) parágrafo de ênfase ou opinião adversa.
- d) ressalva ou opinião adversa.
- e) abstenção de opinião ou opinião adversa.

60- Se o auditor independente não puder utilizar os trabalhos de outros auditores e, também, não tiver condições de aplicar procedimentos adicionais suficientes nas demonstrações contábeis de coligadas ou controladas, por eles auditadas, o seu procedimento técnico deve ser o de emitir parecer contendo:

- a) ressalva ou abstenção de opinião.
- b) parágrafo de ênfase ou ressalva.
- c) abstenção de opinião ou opinião negativa.
- d) parágrafo de ênfase ou abstenção de opinião.
- e) ressalva ou opinião negativa.



ESAF